

AS CONFIGURAÇÕES DAS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA EM CAUCAIA-CE, SEMIÁRIDO CEARENSE

Alline Aragão Pontes Barbosa; Rosane Castelo Branco

(Universidade Estadual do Ceará – UECE; Prefeitura Municipal de Caucaia – CE)

allinearagao@yahoo.com.br rosanecastelo@yahoo.com.br)

Resumo do artigo: Este artigo consiste em uma análise sobre as configurações das situações de violência e violação de direito dos indivíduos e famílias atendidos no CREAS Sede de Caucaia (Semiárido cearense) nos anos de 2014 e 2015. Caucaia faz parte da região metropolitana, com clima semiárido brando e com uma população estimada de 353.932 habitantes, segundo dados do IBGE. A cidade enfrenta diversos problemas sociais, dentre eles, a elevada desigualdade social, o alto índice de criminalidade, taxa de 25,38% de famílias em situação de extrema pobreza (segundo dados do IPECE). A natureza da pesquisa realizada foi quali-quantitativa e os tipos de pesquisa utilizados foram bibliográfica e documental. Os dados apresentados revelam os idosos como as maiores vítimas de violência no município e que os desafios para alcançar a garantia dos direitos destes usuários são impostos pela lógica capitalista à emancipação dos indivíduos, submetendo amplos segmentos sociais à condição de extrema pobreza e à precarização das condições dignas de vida. Essa situação não é limitada apenas ao acesso a bens e serviços socialmente produzidos, mas à construção de valores culturais e éticos, essenciais à emancipação política e ampliação da visão de mundo e consolidação de direitos humanos.

Palavras chave: Violência; CREAS; PAEFI

Introdução

A vida social, desde a formação dos primeiros grupos humanos, não foi isenta do que se denomina, no senso comum, de violência, do uso agressivo da força para dominar ou tomar o lugar do outro. As situações de violência estão presentes desde os primórdios da humanidade, no entanto, a partir do século XIX, tais práticas começaram a ser questionadas e caracterizadas como um fenômeno social, despertando interesse de várias áreas de estudo. Segundo Queiroz (2008), nos últimos anos, a violência passou a ser percebida como uma das maiores ameaças do final de milênio.

Ao falarmos de violência, não estamos nos referindo apenas a realidades concretas, mas a um sistema de classificação e de significação que orienta a nossa percepção dos fenômenos (Rifiotis, 1998:26), afinal, tais fenômenos perpassam todas as estruturas sociais, tanto na esfera das relações pessoais como nas institucionais.

Queiroz (2008) compreende que a violência, de forma mais frequente, pode ser entendida como o uso da força física, intelectual ou psicológica para, de alguma forma, obrigar alguém a fazer algo que não deseja, impedindo-o de manifestar sua vontade. Assim, a violência configura-se como uma forma de violação de um dos direitos essenciais do ser

humano, a liberdade.

(83) 3322.3222
contato@conidis.com.br

www.conidis.com.br

Saffioti (2004) corrobora com Queiroz (2008) e salienta que o fenômeno da violência se faz presente na vida social e que muitas vezes está associada à ideia de poder, ou seja, quando se destaca a possibilidade de imposição da vontade de um sobre o outro. O outro é diferente e são essas diferenças que constituem a vida social, que por sua vez se efetiva através das relações sociais.

A presença de conflito nas relações sociais é evidente e *o problema está na ideia de interesses em choque*, afirma Gregori (1993, p. 127). O autor deixa claro que quando interesses são contrariados e um dos interessados não está satisfeito, pode resultar em uma situação que vai buscar soluções através da violência. Arendt (1993) discorre sobre o uso da violência nas relações cotidianas, estabelecendo uma distinção entre poder e violência e fazendo uma discussão entre a esfera pública e privada. Para a autora, a violência ocupa o lugar vazio deixado pelo poder, ela se manifesta na sua ausência ou diante da sua perda. Algumas vezes, a violência aflora quando o dominador sente que seu “suposto poder” está ameaçado ou quando o diálogo não é mais possível entre os atores das relações de poderes.

Deste modo, Pereira (2006) conclui que tanto no contexto das relações da vida privada, como noutras mais amplas, o uso da violência não confere poder *ao* indivíduo, mas poder *sobre* o indivíduo. Estando o agressor dominado pelo desejo de dominação, este perde a capacidade de pensar e age pelo impulso, usando as palavras não para argumentar e sim para calar o outro. Neste sentido, Osterne (2008, p.40) enfatiza que a violência não é fonte de poder, pois quanto mais poder, menos violência, quanto mais violência, menos poder.

Na atualidade, muito se fala em violência e em situações de violação de direito. A violência é uma das mais fortes expressões da questão social e vem se processando na sociedade de várias formas, atingindo vários públicos. Para Neto e Moreira (1999), temos:

A violência não é um fenômeno uniforme, monolítico, que se abate sobre a sociedade como algo que lhe é exterior e pode ser explicado através de relações do tipo causa/efeito como “pobreza gera violência” ou “o aumento do aparato repressivo acabará com a violência”. Pelo contrário: ela é polifórmica, multifacetada, encontrando-se diluída na sociedade sob o signo das mais diversas manifestações, que interligam-se, interagem, (re)alimentam-se e se fortalecem. (NETO & MOREIRA, 1999, p.34)

O termo violência recobre fenômenos que não podem ser reduzidos somente ao crime e à violência institucional. Fala-se em violência no esporte, no trânsito, nas ruas, a violência contra as mulheres, contra as crianças, idosos, dentre outras. Estes fenômenos fazem parte do nosso cotidiano e são enredados numa teia de relações de força, tensões, hierarquias, desigualdades sociais e as situações de conflito em geral (RIFIOTIS, 1998).

religiões são vulneráveis aos maus tratos que ocorrem de várias formas: física, sexual, emocional e financeira (MINAYO, 2005, p.13).

A violência constitui um dos maiores entraves para a garantia da igualdade de direitos em um Estado democrático. Trata-se de um atentado aos direitos humanos e para a compreensão deste fenômeno é necessário um aprofundamento sobre as relações sociais e sobre o contexto onde essas relações são produzidas: na sociabilidade capitalista.

Diante desta realidade, esta pesquisa objetiva perceber como se configuram as situações de violência e violações de direitos que chegam ao Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) na Sede do município de Caucaia – CE.

Caucaia faz parte da região metropolitana, com clima semiárido brando e com uma população estimada de 353.932 habitantes, segundo dados do IBGE. A cidade enfrenta diversos problemas sociais, dentre eles, a elevada desigualdade social, o alto índice de criminalidade, taxa de 25,38% de famílias em situação de extrema pobreza (segundo dados do IPECE), etc.

Com relação à violência, observa-se que devido ao número elevado de denúncias e encaminhamentos recebidos, o município possui dois Centros de Referência da Assistência Social – CREAS, que é o equipamento da Política de Assistência Social municipal responsável por acompanhar famílias e indivíduos em situação de violação de direito e/ou violência.

Sendo assim, o presente estudo buscou, através da análise dos prontuários registrados no CREAS Sede nos anos de 2014 e 2015, perceber qual é o público que mais sofre violência; Conhecer os tipos de violência mais praticados; Verificar qual a área de maior incidência de situação de violência; Averiguar o tempo de acompanhamento psicossocial das vítimas.

Percurso metodológico

Trata-se de uma pesquisa de ordem qualitativa, na qual, conforme Minayo (2001), se preocupa com uma realidade que não pode ser quantificada, devido ao universo de significados, no qual os fenômenos diante da sua grande complexidade, não podem meramente ser reduzidos a variáveis.

Da mesma forma podemos dizer que se trata também de uma pesquisa quantitativa, na qual dados foram coletados e transformados em números, que após análise, geraram conclusões que favoreceram o estudo e os resultados obtidos (GIL, 2008).

Quanto a isso, Minayo (1994) fala que pode haver a integração de dados qualitativos com dados quantitativos, uma vez que a complementaridade desses dois modelos é

(83) 3322.3222

contato@conidis.com.br

www.conidis.com.br

estimulada. Segundo ela, “o conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia” (MINAYO, 2001, p.22).

A autora reforça a relevância desta complementariedade das duas formas de pesquisa quando afirma que:

As duas metodologias não são incompatíveis e podem ser integradas num mesmo projeto, e que uma pesquisa quantitativa pode conduzir o investigador à escolha de um problema particular a ser analisado em toda sua complexidade, através de métodos e técnicas qualitativas e vice-versa (MINAYO, 1994, p.57).

Utilizamos o método da pesquisa documental para a coleta dos dados, na qual foram analisados 126 prontuários ao ano de 2014 e 127 referentes ao ano de 2015, totalizando 253 prontuários. Estes prontuários referem-se às famílias e indivíduos encaminhados ao CREAS por variadas situações de violência ou violação de direitos e de variadas idades (crianças, adolescentes, deficientes, mulheres, idosos, etc).

Sobre a pesquisa documental, Fonseca (2002) diferencia esta da bibliográfica pelo fato da documental recorrer a fontes diversificadas e sem tratamento analítico que é o caso dos prontuários, enquanto que a outra se utiliza de fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos.

A análise dos dados ocorreu através do auxílio de gráficos e tabelas elaborados para melhor serem visualizados tais dados e informações coletadas dos prontuários, facilitando a análise e interpretação dos dados.

O intuito da pesquisa foi de conhecer o público que mais sofre violência em Caucaia; Conhecer também os tipos de violência mais praticados; Verificar a área de maior incidência de situações de violência; Averiguar o tempo de acompanhamento psicossocial das vítimas.

Resultados e discussões

Para a presente pesquisa, foram analisados 126 prontuários referentes ao ano de 2014, e 127 referentes ao ano de 2015, totalizando um quantitativo de 253 prontuários. Trata-se de pastas específicas para o arquivo de documentação e registros dos atendimentos feitos pela equipe técnica do CREAS com indivíduos e famílias nas mais diversas situações de violações de direito, que foram inseridos em um dos serviços existentes no CREAS: o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI.

Neste serviço citado, são inseridos indivíduos e famílias para serem devidamente acompanhados por uma equipe técnica composta por assistentes sociais, psicólogos e
(83) 3322.3222
contato@conidis.com.br

advogado, que deverão prestar as orientações devidas, realizar os encaminhamentos, atendimentos técnicos e articulação com a rede socioassistencial, objetivando garantir os meios necessários para a superação da violação do direito vivenciado pela criança, adolescente, mulher, ou idoso.

Estes chegam ao equipamento através de encaminhamento da rede socioassistencial, de denúncias advindas do “Disque 100”¹ ou anônimas para o telefone do próprio CREAS, ou ainda através de demanda espontânea. No caso de denúncia, é averiguada a veracidade das informações através de visita domiciliar, para, posteriormente, o caso ser direcionado para acompanhamento psicossocial.

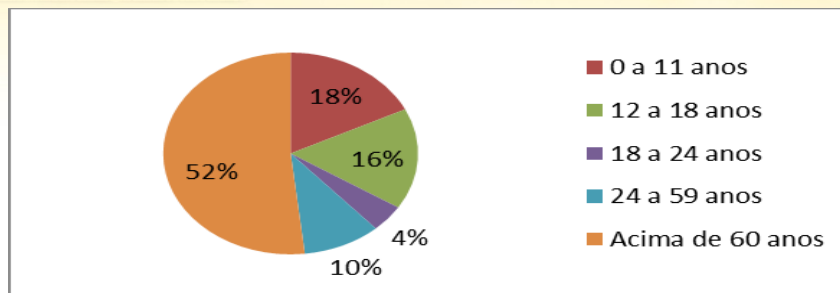
Ao se configurar como uma situação de violência ou de violação de algum direito que possa estar favorecendo para que o indivíduo e a família estejam em situação de risco social, e por isso inseridos no serviço do PAEFI, o prontuário é aberto pelos orientadores sociais² e entregue à equipe técnica para iniciar o acompanhamento psicossocial. O acompanhamento é iniciado com uma nova visita domiciliar, em determinados casos é realizado também visita institucional, atendimento psicossocial, social ou psicológico, dentre várias articulações, para que a situação seja cessada e superada.

No caso do PAEFI, alvo deste estudo, nos anos de 2014 e 2015 foi possível perceber, através de análise dos dados obtidos, que o grupo mais acompanhado pela equipe é aquele que está acima dos 60 anos, ou seja, idosos conforme o Estatuto do Idoso. 52%, mais da metade do público atendido, portanto, tem 60 anos de idade ou mais. O segundo maior grupo refere-se ao de crianças (18%), seguido do grupo de adolescentes (16%), enquanto que o de pessoas com idade compreendida entre 18 a 59 anos configuram um quantitativo de apenas 14%, como se pode ver no gráfico a seguir:

Gráfico 01: Idade das Vítimas atendidas nos anos de 2014 e 2015

¹ Disque 100 é um serviço disponibilizado pela Secretaria de Direitos Humanos para recebimento de denúncias de violência e violação de direitos contra crianças e adolescentes, mulheres, deficientes e idosos. A ligação para o número 100 é gratuita e o anonimato garantido. As denúncias são encaminhadas para os órgãos de proteção mais indicado para averiguação da denúncia e acompanhamento do caso.

² Orientador Social é o profissional de nível médio que compõem as equipe dos CREAS. Recepciona e oferta informações às famílias e indivíduos usuários do serviço.



Fonte: Pesquisa Documental – Caucaia 09/2016

Na tentativa de entender os motivos que poderiam explicar este dado, buscamos o conceito de violência para Queiroz (2008) e Safiotti (2004) quando estas dizem que é uma maneira de se obrigar alguém a fazer algo que não deseja, e que está associada à ideia de poder e de impor algo que é contra a vontade da vítima. Normalmente, o público mais vulnerável a sofrer tal imposição é aquele que não pode se defender, que é justamente os debilitados pela idade avançada, muitos inclusive já perderam a lucidez e dependem totalmente ou parcialmente do algoz.

Da mesma forma, as crianças e os adolescentes também apresentam um número elevado de vítimas, pois costumam ser ludibriados por aqueles que exercem uma dominação somente pela figura de autoridade que representam. São também pessoas mais vulneráveis de serem violentadas devido à própria fragilidade típica de quem é dependente de cuidados, de assistência básica, bem como de quem pode ser mais facilmente chantageado e ameaçado emocionalmente por se tratarem de seres ainda em desenvolvimento.

Já em relação aos tipos de violência que ocorreram a este público inserido no PAEFI e atendido no CREAS de Caucaia-CE, observa-se que assim como o público maior são os idosos, e estes em sua grande maioria são violados devido a sua condição de fragilidade apresentada pela idade, a negligência é o tipo de violência que mais se apresentou no período da coleta dos dados. O Manual de Enfrentamento à Violência Contra a pessoa Idosa (2014) da Secretaria de Direitos Humanos ressalta:

A população idosa pobre e dependente tem contra si três terríveis formas de violência: a violência estrutural que trata as pessoas segundo os bens e a riqueza material que possuem e naturaliza a pobreza como se ela fosse uma culpa pessoal; a violência da discriminação que considera as pessoas idosas pobres como um peso e um ser descartado; e a violência da negligência, pois geralmente é para esse grupo que os serviços de saúde, de assistência e de apoio mais falham. (BRASIL, 2014, p.32)

Isto porque é a negligência a violação mais comum a ser cometida contra os idosos. Estes, quando negligenciados, não são alimentados adequadamente, nem higienizados tampouco medicados, ou seja, não são corretamente assistidos por seus cuidadores. Outra

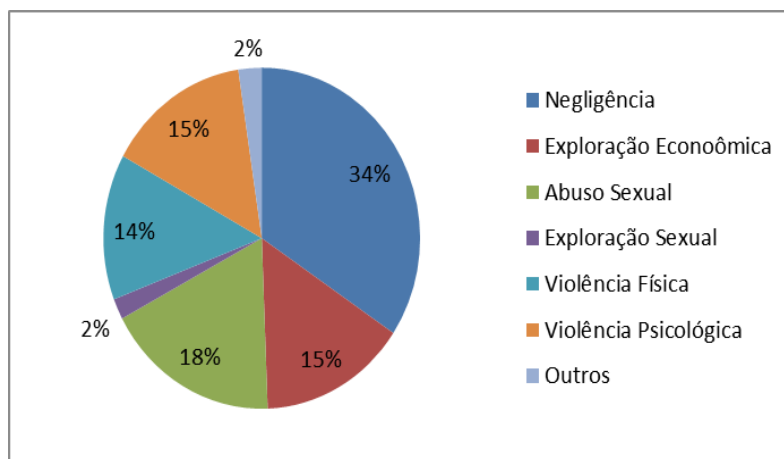
(83) 3322.3222

contato@conidis.com.br

www.conidis.com.br

forma comum dos idosos serem agredidos é através da exploração econômica, quando o benefício ou aposentadoria que lhe pertence é apossado por terceiros, que passam a se utilizar para si próprio o dinheiro, que deveria ser revertido para assegurar os cuidados que o idoso necessita para viver bem. Ressalta-se que há situações onde ocorrem mais um tipo de violência contra o mesmo indivíduo, como a negligência e a exploração econômica, que quase sempre estão atreladas.

Gráfico 02: Tipos de Violência



Fonte: Pesquisa Documental – Caucaia 09/2016

O gráfico mostra que a negligência, como foi dito, é a violação que mais acontece, com 34%, sendo a exploração econômica a segunda mais comum, se configurando estas duas as principais violações que ocorrem contra o público mais atendido pelo CREAS. Ressalta-se que *geralmente, as queixas de abuso econômico e financeiro se associam com várias formas de maus-tratos físicos e psicológicos que produzem lesões, traumas ou até a morte* (Brasil, 2014, p.39), ferem direitos fundamentais e personalíssimos desse grupo social.

Em segundo lugar está o abuso sexual, que é cometido contra o segundo maior público que realiza acompanhamento psicossocial: as crianças e os adolescentes. Estes são o maior alvo deste tipo de violência, enquanto que os agressores mais comuns são pessoas da própria família.

No quadro a seguir pode ser verificado que mais uma vez há uma constância de resultados entre os anos 2014 e 2015 entre os usuários do serviço que foram devidamente acompanhados pela equipe técnica do campo do estudo:

Gráfico 03: Comparação entre 2014 e 2015 quanto aos Tipos de Violência

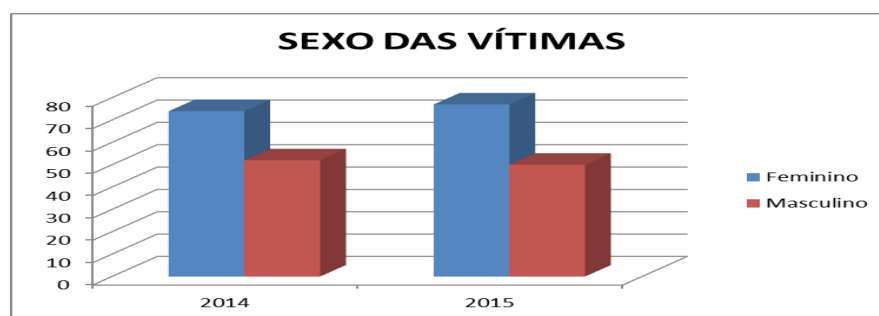


Fonte: Pesquisa Documental – Caucaia 09/2016

Pode-se dizer que a violência física e a psicológica foram tão significativas quanto a situação de exploração econômica e de abuso sexual vivenciados pelos usuários do PAEFI.

Quanto ao sexo das maiores vítimas, predominando as de sexo feminino, como se vê nos gráficos a seguir:

Gráfico 04: Sexo



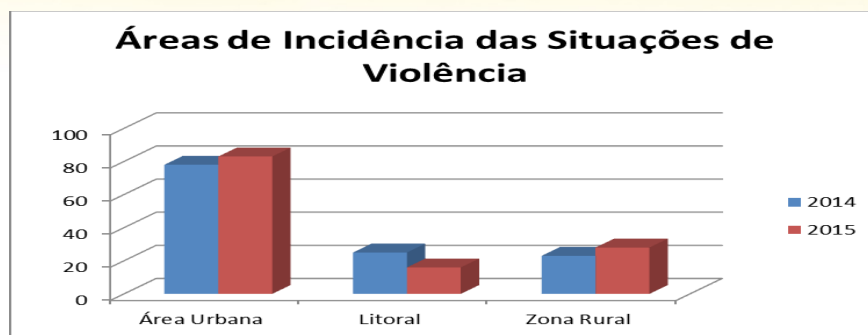
Fonte: Pesquisa Documental – Caucaia 09/2016

Os dados em ambos os anos foram muito equivalentes, demonstrando que existe uma certa regularidade nestes casos no que diz respeito a esta questão específica.

No município de Caucaia, lócus deste estudo, conhecido pela população numerosa e pela grande extensão territorial, para uma melhor análise do perfil destas pessoas atendidas pelo CREAS por estarem na situação de violação de algum direito, foi necessário também ser verificado em qual área predominam estas ocorrências.

O gráfico a seguir mostra que é significativa a predominância de casos na área urbana, em detrimento da área de litoral, bem como da área rural.

Gráfico 05: Área de maior incidência



Fonte: Pesquisa Documental – Caucaia 09/2016

Ao se pensar por quais motivos poderiam explicar esta situação, buscamos no conhecimento que se tem de como a territorialização do município se apresenta. Este é composto por inúmeras localidades consideradas como áreas rurais, sendo estas longínquas e afastadas inclusive da rede de equipamentos que compõem a rede socioassistencial, e por este motivo, muitas vezes desassistidos de um acompanhamento contínuo e permanente. São populações assistidas em situações apenas de mutirões realizados eventualmente pela prefeitura, uma vez que muitos são inclusive carentes de recursos financeiros para se deslocarem para o centro do município em busca de serem atendidos nas mais variadas necessidades sociais, de saúde e de outras políticas públicas.

Nos casos de violações de direitos as quais estão submetidos os usuários do serviço do PAEFI, são situações que requerem um acompanhamento psicossocial contínuo, o que significa que deve haver uma rotina de atendimentos nas quais cabe ao usuário comparecer ao equipamento com uma certa regularidade para, assim, se tornar empoderado e capaz de superar a situação vivenciada através das orientações e cuidados que recebe por parte do trabalho da equipe técnica. No entanto, quanto este reside nas áreas mais afastadas, com dificuldades para se locomover até o equipamento, bem como desprovidos dos cuidados mais básicos que o Estado deveria garantir, ele se torna mais vulnerável para as situações de violência, até porque ele já tem muitos de seus direitos básicos violados.

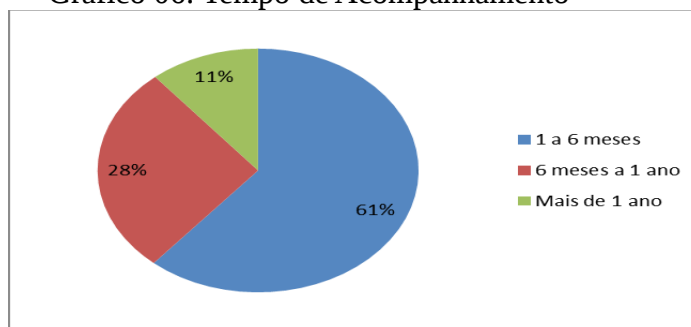
A leitura que se faz deste gráfico não deve ser no sentido de que, porque os usuários do PAEFI se concentram na área urbana do município significa que nas demais áreas não ocorram situação de violação de direito. Deve ser questionado por quais motivos, quais dificuldades, os indivíduos e as famílias da área do litoral e da área rural não estão chegando até o equipamento, e por isso, estão vivenciando direitos violados, ainda mais do que aqueles básicos que já não são garantidos pela situação de vulnerabilidade que naturalmente já se encontram devido a questão territorial.

Desta forma, pode-se depreender que nem todo sujeito que está em situação de violência chega até o equipamento para ser acompanhado, e conseqüentemente a situação ser superada. Quando ele chega, seja através de encaminhamento ou de denuncia, e até mesmo de demanda espontânea, por vezes a situação já chegou a proporções que requerem intervenções urgentes e imediatas, e somente se tornou de conhecimento de outro órgão publico devido à situação de extrema violação.

Ocorre que o CREAS realiza um acompanhamento sistematizado e técnico, o que requer um período regular de atendimento ao usuário, para que sejam identificadas as potencialidades da família, bem como também as vulnerabilidades e situações que requerem maior atenção e articulação com a rede de atendimento, e claro, para que o usuário no decorrer dos atendimentos, sinta-se empoderado para superar a situação de violação vivenciada, e para que ela possa ser cessada e o caso encerrado.

Através do gráfico a seguir pode-se perceber, no casos acompanhados no período que a pesquisa se seguiu, que predominam o tempo de acompanhamento de 01 a 06 meses. A intenção da equipe técnica é permanecer realizando o acompanhamento psicossocial, que envolve as atividades de visitas domiciliares e institucionais, bem como atendimentos psicossociais, articulação com a rede através da realização de encaminhamentos e da elaboração de relatórios, o que normalmente demanda tempo do profissional para a realização destas, e principalmente demanda do usuário atender às orientações recebidas pela equipe ao longo do acompanhamento para a superação da situação vivenciada.

Gráfico 06: Tempo de Acompanhamento



Fonte: Pesquisa Documental – Caucaia 09/2016

Os casos somente são encerrados pela equipe, e posteriormente arquivados, após se ter a devolutiva por parte do usuário de como se configura a situação sociofamiliar atual, e nos casos que foram encaminhados à rede, após a devolutiva destes encaminhamentos. Da mesma forma, nas situações encaminhadas ao CREAS pela rede, mais comumente de delegacias, do Conselho Tutelar, da Promotoria e Varas da Justiça, de equipamentos da saúde e da educação, após as intervenções necessárias realizadas pela equipe técnica e requeridas pelo caso, é feito

(83) 3322.3222

contato@conidis.com.br

www.conidis.com.br

a devolutiva e a contra referência através de relatório, sendo este social, psicossocial ou circunstancial, para em seguida o caso ser arquivado.

Como se vê, a grande maioria dos usuários do serviço permanece por até seis meses em acompanhamento psicossocial, alguns até a situação de violação ser superada, e outros, no entanto, por um período breve de tempo porque desistem de comparecer aos atendimentos pelos mais diversos motivos, inclusive por falta de condições financeiras para locomover-se para os atendimentos, ressaltando que a situação de pobreza e de desigualdade social influencia também nesta questão.

Considerações finais

A violência se apresenta como um dos maiores obstáculos para a garantia da igualdade de direitos entre os cidadãos de um Estado Democrático, ainda mais agravada em um município com índice de desigualdade alarmante no semiárido cearense. A sociabilidade capitalista influencia diretamente nas relações sociais e nas situações que ferem os direitos básicos garantidos constitucionalmente.

Analisar os dados do equipamento da Assistência Social do municipal de Caucaia-CE que atende as vítimas de violência e violações de direitos nos revela uma cruel realidade contra a população idosa, as maiores vítimas de negligência e exploração econômica. Estes tipos de violência sempre vêm atrelados a outras ainda mais cruéis, como a violência psicológica e física.

O levantamento revela a ponta de um iceberg, com configurações bem mais complexas, pois se sabe que o serviço não alcança todas as vítimas de violência do município e não consegue dar o suporte preconizado nas normativas da política de assistência social aos indivíduos e famílias acompanhados, como revela os dados que indicam que o acompanhamento, em média, dura apenas de um a seis meses. Assim, amplos segmentos da sociedade encontram-se em situação de vulnerabilidade e negação de direitos fundamentais.

Os desafios para alcançar a garantia dos direitos destes usuários são impostos pela lógica capitalista à emancipação dos indivíduos, submetendo amplos segmentos sociais à condição de extrema pobreza e à precarização das condições dignas de vida. Essa situação não é limitada apenas ao acesso a bens e serviços socialmente produzidos, mas à construção de valores culturais e éticos, essenciais à emancipação política e ampliação da visão de mundo e consolidação de direitos humanos.

ARENDDT, H. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

BRASIL, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Manual de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa**. É possível prevenir. É necessário superar. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2014.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UECE, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GREGORI, M. F. **Cenas e queixas**: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. São Paulo, Paz e Terra/Anpocs, 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Violência contra idosos**: O avesso do respeito à experiência e à sabedoria. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2º Edição, 2005.

NETO, O. C. e MOREIRA, M. R. **A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural**. Ciência e saúde coletiva. V. 4, n. 1, pp. 33-52, 1999.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. **Violência contra a mulher**: estruturas patriarcais, relações de gênero e a (re)significação do conceito de vida privada. O Público e o Privado, n.8,p. 163-175, jul./dez. 2006.

Pereira, B. O. Prevenção da violência em contexto escolar: diagnóstico e programa de intervenção. In J. C. S. Neto & M. L. B. P. nascimento (Orgs.). **Infância, violência, instituições e políticas públicas** (pp.43-51). São Paulo: Expressão e Arte, 2006.

QUEIROZ, Fernanda Marques de. **Não se rima amor e dor**: cenas cotidianas de violência contra a mulher. Mossoró – RN: Edições UERN, 2008.

RIFIOTIS, Theophilosa. **Dilemas éticos no campo da violência**. Comunicação & Educação, São Paulo, [13], set./dez. 1998.

SAFFIOTI, Heleith I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

